A TERAPIA COMUNITÁRIA SISTÊMICA INTEGRATIVA COMO INSTRUMENTO DE PRÁTICA PARA A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Grazielle Monteiro Telles[1]

Marcello da Silva Santos[2]

Faculdade Católica Salesiana de Macaé[1,2]

RESUMO

O presente estudo é uma revisão bibliográfica que pretende apresentar a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, prática desenvolvida pelo Dr. Adalberto de Paula Barreto, como um instrumento de intervenção grupal. Portanto, para o desenvolvimento deste trabalho, articulamos a Psicologia Social Comunitária com os pressupostos da Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, objetivando ressaltar os pontos de convergências entre as duas áreas de conhecimento, como ferramenta propícia para a prática do psicólogo comunitário, contribuindo para que o estudante de psicologia possa compreender melhor a proposta da Psicologia Social Comunitária, na prática, em campo de atuação.
Palavras-chave: Terapia Comunitária; Psicologia Comunitária; Instrumento

ABSTRACT

The present study is a bibliographic review that intends to present the Integrative Systemic Community Therapy, a practice developed by Dr. Adalberto de Paula Barreto, as an instrument of group intervention. Therefore, for the development of this work, we articulate Community Social Psychology with the assumptions of Systemic Integrative Community Therapy, aiming to highlight the points of convergence between the two areas of knowledge, as a propitious tool for the practice of the community psychologist, contributing for the student to of psychology can better understand the proposal of Community Social Psychology, in practice in the field of action.
Keywords: Community Therapy; Community Psychology; Instrument

INTRODUÇÃO

A Psicologia Social Comunitária, no Brasil, ou agora, Psicologia Comunitária, é uma área em consolidação que surgiu academicamente nos anos 70 e, a partir dos anos 80, começou a se fortalecer mediante as publicações dos trabalhos realizados no campo comunitário, ampliando o entendimento da proposta de estudos, pesquisas e atuação do psicólogo comunitário. Portanto, é uma área inovadora e que ainda desbrava o caminho na perspectiva de se consolidar cada vez mais e ampliar as possibilidades de intervenções no contexto social.

A literatura sobre a Psicologia Social e Psicologia Comunitária aponta algumas dificuldades por parte de alguns profissionais formados em psicologia e/ou estudantes da área, em compreender melhor a proposta de intervenção psicossocial e o fazer psicologia nos espaços sociais comunitários.

A Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa é uma prática que integra o conhecimento científico e o popular, utilizando dos recursos da própria comunidade e das competências individuais para a criação de redes solidárias de apoio aos que sofrem. É uma abordagem sistêmica e holística, com ênfase no trabalho de grupo, que se orienta para a prevenção das doenças mentais e para a promoção da vida.

Para o aprofundamento dos estudos em questão, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a Psicologia Social Comunitária, seu histórico de constituição e consolidação enquanto ciência. E trataremos sobre as relações da Psicologia com os campos de atuação e as intervenções na comunidade, fazendo um percurso na história para compreender o campo de atuação chamado comunidade.

Já no segundo capítulo, falaremos sobre a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, seus princípios, objetivos, metodologias de trabalho e sua aplicabilidade no contexto grupal.

E, no terceiro capítulo, iremos articular a Psicologia Social Comunitária com a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, com propósito de conhecer os objetivos em comum, as perspectivas e como as possíveis relações entre tais campos podem contribuir para atuação do profissional da Psicologia Comunitária.

Para iniciar, seguimos com o primeiro pilar deste Trabalho de Conclusão de Curso: a Psicologia Social Comunitária.

1. A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

A Psicologia Social Comunitária é uma vertente da Psicologia Social e surge no corpo desta última, como resultado de um trabalho crítico de psicólogos sociais, pesquisadores e alunos que, envolvidos em propostas como as da professora Sílvia Lane, trabalharam em direção ao desenvolvimento de um projeto de engajamento da Psicologia direcionado para a produção de uma ciência cujo conhecimento se voltasse para a transformação da realidade brasileira, ou seja, atenta ao contexto social, como aponta Bock *et al.* (2007). Portanto, trata-se de um campo novo que se inicia academicamente na década de 70 e permanece em constante construção, no que tange ao seu aporte teórico e metodológico, tendo uma diversidade de definições, pois o referencial teórico e a atuação do psicólogo que conceitua a Psicologia Social Comunitária influenciará diretamente na conceituação do que é a Psicologia Comunitária (Gomes, 1999).

Não há um marco definido do surgimento da Psicologia Social Comunitária na América Latina, mas é na crise da Psicologia Social Norte Americana que ela nasce e se constitui. Tal crise, como descreve Álvaro e Garrido (pg. 316):

> Foi um reflexo das mudanças na concepção da ciência que se seguiram à crise do positivismo lógico, e possibilitou que se questionassem as premissas epistemológicas e metodológicas que a psicologia social dominante havia assumido como próprios durante mais de meio século.

Assim, a Psicologia Social norte-americana sofre críticas quanto ao método de pesquisa positivista, uma leitura biologizante que reduz o homem a questões meramente biológicas, e com isso reforça a lógica individualizante, gerando a ideia dicotômica de homem e sociedade. Com isso, o Brasil tornou-se campo fértil na acentuação da crise da Psicologia Social, pois havia uma discrepância muito grande entre sua teoria e a realidade social que se configurava em um regime governamental ditatorial, gerando uma população oprimida com perdas dos direitos humanos básicos, criando situações de extrema desigualdade social (Álvaro e Garrido, 2006). Eram tantos os problemas sociais que a Psicologia Social - Cognitivista - tinha dificuldades epistemológicas com os mesmos, pois sua própria constituição não levava em consideração o homem em suas questões históricas e sociais, fazendo emergir questionamentos por parte de psicólogos pesquisadores e intelectuais quanto a esse aspecto, fazendo com que ocorressem movimentos na direção da construção de uma Psicologia Social comprometida com a realidade do homem dentro da sociedade, na busca de um despertar da consciência dos problemas que afetam o ser humano, inserindo-o como parte da solução de tais problemáticas sociais.

O ponto de partida da nova ciência foi uma inquietação acadêmica resultante do intercâmbio de psicólogos e pesquisadores sociais brasileiros com estudiosos da América Latina, em busca de novos saberes e fazeres psicológicos que, de fato, atendessem às demandas da realidade social das camadas mais desfavorecidas. Nessa empreitada, Bock *et al*. (2007), destaca a prof.ª Silvia Lane, que se tornou a primeira diretora em 1971 da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, que tinha em mãos a oportunidade de construir um novo curso de Psicologia que viria a se tornar referência de curso no Brasil. Sendo assim, a preocupação de Sílvia Lane era desenvolver uma Psicologia que tomasse a realidade social como base para a produção da ciência e, consequentemente a transformação social. Portanto, segundo Bock *et al*. (2007, p. 48), a professora Sílvia Lane...

> foi incansável na produção teórica e de pesquisa com esse norte: conhecimento científico como práxis, unidade entre saber e fazer. Tinha claro que uma nova

> psicologia social só se configuraria por meio de concepções teóricas fundadas em pesquisa relevante e socialmente comprometida.

A partir daí seu trabalho foi sempre norteado por uma perspectiva em que a teoria e prática eram instrumentos indispensáveis na produção da psicologia social. E na estruturação do curso de psicologia, ela e demais professores engajados em tal desenvolvimento, começaram a trabalhar com alunos em comunidades e sindicatos de operários do bairro de Osasco-SP, possibilitando a construção de reflexões, questionamentos quanto à teoria e prática da psicologia tradicional, produção de trabalhos acadêmicos, acesso a materiais da produção de Paulo Freire e Alberto Merani, discussões sobre a importância de métodos qualitativos de pesquisas, incluindo a pesquisa-ação. Todo esse trabalho contribuiu ainda mais na crítica à Psicologia Social norte-americana que não atendia a realidade social latino-americana (Bock *et al*., 2007).

Toda experiência gerada pelo trabalho desenvolvido na projeção de uma nova Psicologia Social, como cita Bock *et al*. (2007, p. 48), "lançou as bases daquilo que Sílvia Lane e Bader Sawaia (1995) iriam, mais adiante, chamar de Psicologia Social Comunitária. " Foi o material produzido em tais experiências que serviram de produções acadêmicas apresentadas no I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, promovido pela ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e pela PUC-SP, que contou com a participação da prof. ª Sílvia Lane, e de outros autores que apresentaram os trabalhos desenvolvidos em bairros de periferia de Osasco. Tais encontros contribuíram significativamente para que o termo Psicologia Comunitária fosse compreendido a partir de um viés de compromisso ético-político e ao mesmo tempo, evidenciou o quanto as práticas da psicologia social tradicional eram psicologizantes e a-históricas (Freitas, 2015).

A criação da ABRAPSO foi um marco relevante para o desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. É durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, através da mesa-redonda, organizada pela Associação Latino-Americana de Psicologia Social sob a coordenação da Profª Drª Sílvia T. Maurer Lane, com o tema "A psicologia social como ação transformadora", que é criada oficialmente a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), datando em julho de 1980. Desde então, foram criados núcleos e regionais em cada região do país, possibilitando encontros com mais regularidade no propósito de debates e reflexões acerca de várias temáticas e trabalhos que estavam sendo desenvolvidos dentro do campo social (Freitas, 2015).

A década de 80 é marcada expressivamente pelas produções e em setembro de 1981, na Regional de São Paulo, acontece o I Encontro Regional de Psicologia na comunidade com enfoque nos trabalhos com mulheres da periferia, crianças de creches e trabalhos em centros de educação popular; em 1985 é realizado o I Encontro Nacional de Psicologia da ABRAPSO, em Maringá-PA, reunindo professores, psicólogos e universitários na apresentação de trabalhos sobre o ensino de psicologia social e intervenções em postos de saúde; em novembro de 1986, em Belo Horizonte MG, acontece o II Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO abordando temas como violência, sexualidade, saúde, educação dentre outros; em maio de 1987, na PUC-SP ocorre o III Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO com objetivo de discutir questões sobre a população em geral com os profissionais de áreas afins, visando a um trabalho em conjunto; em setembro de 1987, na Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), em Vitória-ES acontece o IV Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, que contou com a presença de estudantes, profissionais, professores de várias regiões do país na discussão sobre psicologia social e outras temáticas; em setembro de 1989, no Instituto Paraibano de Educação, em João Pessoa, é realizado o V Encontro Nacional da Psicologia Social da ABRAPSO, contando também com presença de vários profissionais da área (Freitas, 2015).

Muitos trabalhos foram desenvolvidos na constituição do campo da Psicologia Social Comunitária e é na estruturação do ensino superior de Psicologia Social, na maioria das universidades latino-americanas, que de fato se efetua a consolidação da Psicologia Social Comunitária, na década de 90 (Álvaro e Garrido, 2006).

Na vertente da psicossociologia, os processos individuais não se sobrepõem em grau de relevância aos processos sociais, ou vice-versa, mas ambos são de igual importância. Tanto o meio em que o indivíduo está inserido e age sobre ele, quanto o próprio atua sobre o meio, sendo elementos indissociáveis, que segundo Nasciutti (2015, p.85) ...

> "social" é tudo aquilo que se refere à vida coletiva organizada e "psicológico" é tudo o que se refere ao indivíduo, tanto no nível consciente quanto no inconsciente (como ator social responsável e como sujeito do inconsciente), embora não sejam entidades estanques e independentes.

Seguindo essa linha de estudo, há uma interdisciplinaridade entre os campos da Sociologia, Psicanálise, História e Antropologia que buscam compreender o homem em seu habitat social, tendo as instituições, comunidades, grupos como campo de atuação para estudos, pesquisas e intervenções.

Portanto, a Psicologia Comunitária se apropria de um campo interdisciplinar para compreender o psiquismo humano decorrente da dinâmica social, das inter-relações que acontecem neste contexto, contribuindo com suas intervenções psicossociais e objetivando promover ao indivíduo uma tomada de consciência e participação ativa no meio social em que está inserido (Cruz, Freitas e Amoretti, 2020).

Assim, a promoção da consciência acontece através do envolvimento dos membros da comunidade nas atividades comunitárias, culturais, políticas, de bairro etc., ou seja, é através da participação ativa, do comprometimento e sentimento de pertença ao grupo que as inter-relações acontecem, permitindo que ocorram outras percepções de vida, de situações, movendo outros comportamentos e novas possibilidades de existência. E, nesse aspecto, a participação, enquanto um dos fatores importantes de transformação psicossocial, integra o indivíduo ativamente ao meio e, segundo Lane (1994, p.42):

> o indivíduo consciente de si, necessariamente, tem consciência de sua pertinência a uma classe social; enquanto indivíduo, esta consciência se processa transformando tanto as suas ações a ele mesmo; porém, para uma atuação enquanto classe, ele necessariamente deve estar inserido em um grupo que age enquanto tal [...]

É fundamental que o psicólogo comunitário se aprofunde no conhecimento de fatores que contribuem para processos psicossociais, a formação e as relações constitutivas de grupos, os fenômenos grupais, para que sua prática de intervenção tenha fundamento e diretriz propiciando, assim, um campo fértil para sua atuação.

Na perspectiva da Psicologia Comunitária, a pesquisa-ação é utilizada como metodologia desse campo do saber, onde o "pesquisador e os sujeitos da pesquisa trabalham juntos na busca de explicações para os problemas colocados, e no planejamento e execução de programas de transformação da realidade vivida." (Campos, 2015, p.10). Sendo assim, não há uma neutralidade do pesquisador quanto ao campo a ser investigado, mas há uma inter-relação entre o pesquisador e as pessoas envolvidas, entre a ciência e a realidade social, objetivando o levantamento de situações-problema e a solução dos mesmos, produzindo transformações em determinados aspectos da realidade concreta.

Neste sentido, o psicólogo comunitário utiliza recursos estratégicos que favoreçam à pesquisa-ação, que segundo Nasciutti (2015, p.93) são:

> entrevistas semiestruturadas, os questionários, a observação livre e/ou sistemática, a etnometodologia, a análise de conteúdo documental e histórica, através de material disponível, a análise do discurso, os grupos operativos e a dinâmica de grupo.

Alguns autores defendem a Teoria das Representações Sociais como sendo a teoria que contribui para a construção dos saberes sociais. Portanto, Cruz, Freitas e Amoretti (2020, p.87) destacam que "esta teoria está principalmente preocupada com saberes produzidos *no* e *pelo* cotidiano e, desta forma, são apresentadas três dimensões constitutivas de qualquer saber social: o significado, a comunidade e a cultura. "

O ser humano compreende a sociedade em que vive a partir das construções simbólicas que faz desta. E os símbolos, as tradições, os comportamentos, as regras de convivência, os modos de existência e fazer das coisas são aspectos de uma cultura que liga os sujeitos coletivamente, concedendo-o uma dimensão de comunidade, de grupo, de pertencimento e que valida a ele uma identidade cultural.

Portanto, tal dinâmica, permite ao ser humano se vincular a grupos e a se comprometer com a realidade social na qual está inserido.

O comprometimento aqui não se refere apenas ao indivíduo que integra um grupo, uma comunidade, mas ao próprio psicólogo comunitário que, utilizando o método de pesquisa-ação participante, torna-se pesquisador e juntamente com os integrantes do grupo busca trabalhar em conjunto no planejamento e execução de projetos que visam à solução de problemas e respostas para as adversidades apresentadas. E vale a pena ressaltar o que Freire descreve como comprometimento do profissional para com os membros e com a comunidade em que se propõe a trabalhar. Segundo Freire (1979, p.21),

> Existe algo que deve ser destacado. Na medida, em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade -, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade. Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente. Envolta, portanto, no compromisso do profissional, seja ele quem for, está a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialismo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos.

Por ora, entende-se que o psicólogo comunitário precisa estar preparado para utilizar de meios para compreender melhor toda dinâmica grupal para uma intervenção mais efetiva para as demandas apresentadas pela comunidade, pelo grupo. Sendo assim, iremos discorrer sobre a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa (TC), objetivando o conhecimento dela como

instrumento de prática e as possíveis relações que podem ser estabelecidas com a Psicologia Comunitária.

2. A TERAPIA COMUNITÁRIA SISTÊMICA INTEGRATIVA

Um dos princípios da Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, ou Terapia Comunitária (TC), segundo Barreto (2008, p.33), é que ela "não se define como um processo psicoterapêutico, mas, sim, como um ato terapêutico de grupo [...]. " Ou seja, ela é um espaço de fala e de escuta, de troca de experiências e vivências que torna relevante o saber pessoal e comunitário, contribuindo para a construção de novas percepções da vida, das situações cotidianas, das possibilidades de soluções para aquilo que afeta o individual e o coletivo.

A Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa nasceu de um projeto de extensão do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará, em 1987. É a partir do Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária que o psiquiatra, teólogo, antropólogo e professor Adalberto de Paula Barreto, junto com seus alunos do consultório do Hospital Universitário deixam as salas confortáveis do consultório e vão ao encontro das pacientes vítimas de conflitos, de depressão, de crises psicóticas, na comunidade de Pirambu, em Fortaleza. Nesse movimento de encontro com as pessoas necessitadas de cuidados, foi desenvolvido o trabalho na comunidade do Pirambu, chamado Projeto Quatro Varas.

A proposta do Projeto consistia na pesquisa e educação comunitária dos alunos da disciplina Antropologia da Saúde, do curso de Medicina. Sendo assim, o professor Adalberto convocava os futuros médicos a uma prática de prevenção e cuidados psicológicos para as pessoas da comunidade, com atendimento que favorecia os estudantes na compreensão dos aspectos culturais, econômicos, sociais, como fatores de interferência na saúde do indivíduo. Além disso, tal prática aproximava os estudantes ao saber popular, levando-os a compreender que não existe uma supremacia de saber, mas que, o intercâmbio de conhecimento, coopera para a promoção de vida.

Daí nasce a Terapia Comunitária como instrumento que suscita a capacidade terapêutica da própria comunidade, trabalhando as competências que os indivíduos trazem e não suas carências, suas faltas, pois entende-se que a comunidade tem problemas, mas é dela que emergem as possíveis soluções. Sendo assim, as experiências individuais são expostas ao grupo mediante uma situação-problema que é apresentada como temática para discursão e na troca de vivências é que as soluções vão surgindo, utilizando recursos individuais e coletivos. Tal

movimento contribui para a valorização do saber individual, o resgate da autoestima e o fortalecimento dos vínculos coletivos, construindo uma rede de apoio social baseada nas habilidades de superação das adversidades (Filha, Lazarte e Dias, 2013).

O Dr. Adalberto de Paula Barreto, ao falar da comunidade de Quatro Varas, menciona que foi lá que iniciou o fio de uma teia. Sendo uma das cem comunidades pertencentes a grandiosa favela do Pirambu, a Quatro Varas não diferente das demais, era palco de muita violência, abandono, despejos e outros insultos. Neste cenário, o Dr. Adalberto percebeu que nenhuma quantidade de medicamentos daria conta de toda opressão e violência que o povo daquela comunidade vivia. Por isso, ele inicia o trabalho na desconstrução de que os remédios dariam conta e propõe à comunidade outra forma de refletir sobre os problemas vivenciados e as possíveis soluções para tais.

Foi criado, a partir daí o Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária, que atua na comunidade Quatro Varas e ganhou expansão nacional, através da Pastoral da Criança em 2005. Neste mesmo ano, a Prefeitura de Fortaleza implanta a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa como política pública e suas ações complementares como a massoterapia, a Oca de Saúde Comunitária e o Cuidando dos Cuidadores.

E a partir daí novas produções com base na TC foram sendo construídas como: em 2005, foi a Associação Europeia de Terapia Comunitária, que cuida da formação de terapeutas comunitários em vários países europeus; realização do projeto de capacitação profissional em Terapia Comunitária com ênfase em álcool e drogas para 900 terapeutas comunitários, nos anos de 2006 e 2007, com o apoio da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) em 12 estados do Brasil; em 2007, a Associação recebeu o reconhecimento do trabalho com a visita da Dra. Margareth Chan, diretora da Organização Mundial da Saúde (OMS) em visita no Brasil; realização de capacitação para 1.100 terapeutas comunitários na rede de Assistência à Saúde, a pedido do ministro da Saúde José Gomes Temporão e com o apoio da Universidade Federal de Ceará. Todos os terapeutas comunitários são federados junto à Associação Brasileira de Terapia Comunitária – ABRATECOM.

E por que Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa?

A palavra Terapia é de origem grega, *therapeia*, e significa acolher, ser caloroso, servir, atender. O terapeuta é aquele que acolhe de forma calorosa, aquele que cuida.

Já a palavra Comunitária, é formada por mais duas palavras: comum mais unidade, que remete à ideia de algo que seja comum ao grupo de pessoas, sejam características ou fatores que contribuem para a unidade desses indivíduos, por exemplo, o sofrimento, a exclusão etc.

Sistêmica, pois parte do pressuposto de que as partes compõem um sistema maior, onde se integram para compor um todo. E, nesse sentido, Barreto (2008, p.37) afirma que "o sofrimento humano é decorrente do macro contexto socioeconômico político e social, as respostas devem ser também sistêmicas, mobilizando recursos da multicultural brasileira. "

E a palavra Integrativa que interliga os saberes, permitindo a interdisciplinaridade e a valorização da cultura como meios para construção das redes solidárias de apoio e de promoção da saúde. Neste aspecto, a cultura é supervalorizada na TC, pois compreende-se que a constituição do sujeito se dá a partir de sua identidade cultural e, sendo assim, a cultura é fonte geradora de conhecimento e complementa outros saberes.

No entanto, a TC apresenta três características que fundamentam seu trabalho: a primeira refere-se à integração de atores sociais e culturais da comunidade, como o agente de saúde, o curandeiro, o músico, o artesão, dentre outros, para garantir um maior envolvimento comunitário na construção de um trabalho de saúde mental de caráter preventivo e curativo; a segunda é a ênfase do trabalho em grupo, criando e fortalecendo as relações interpessoais e intercomunitárias e a terceira é a formação de uma consciência social que permita ao indivíduo o fortalecimento de sua identidade cultural e este descubra sua própria potência de vida e de agente transformador de seu contexto social (Barreto, 2008, p. 39).

A identidade da TC tem sido alicerçada em cinco eixos teóricos: o Pensamento Sistêmico, a Teoria da Comunicação, a Antropologia Cultural, a Pedagogia de Paulo Freire e a Resiliência.

O pensamento sistêmico consiste em compreender uma interligação entre os saberes, entre os fatores que constituem algo. Ou seja, nada é dado como pronto e acabado, mas é na sua constituição de ser que vai sendo estruturado por partes interligadas e que no final representam algo. Ele conduz a ideias de que existem partes e estas conectadas a outras formam um todo, e que cada parte influencia na outra. É como uma rede complexa que em sua constituição foram agregadas partes e mais partes para sua formação maior. E a TC se apoia no pensamento sistêmico, considerando o indivíduo como ser biopsicossocial, constituído de vários aspectos macro e que interferem e o interligam ao meio em que está inserido. As questões da vida pessoal do indivíduo não podem ser analisadas de forma superficial e rasa, mas exigem uma leitura global da situação, contextualizando tal situação. Se não ampliar a visão, corre-se o risco de julgar, de pontuar um problema de forma muito individualizante, discriminatória. Quando se amplia a análise dentro de um contexto macro, as possibilidades de solução também

são maiores e a TC trabalha dentro de uma matriz ampla de análise para compreender melhor o comportamento das pessoas e dos grupos.

Já a Teoria da Comunicação, como um dos pilares da TC, permite a compreensão do comportamento do indivíduo, do grupo, pois uma de suas regras evidencia que toda comunicação é derivada de um comportamento. No ato de uma comunicação, usando gestos ou palavras, e até com atitude silenciosa, é gerado um comportamento. Sendo assim, na TC o comportamento é interpretado, ou entendido como um ato de comunicação, seja em uma comunicação positiva ou negativa. A positiva carrega uma forma de expressão que consegue transmitir ao ouvinte a mensagem, de forma clara, direta. A negativa refere-se àquela que usa do comportamento silencioso, ou de atitudes agressivas para dizer algo. Por isso a relevância da comunicação no trabalho em grupo, pois ela estabelece a relação entre as pessoas que se comunicam e concede ao indivíduo o sentimento de pertença à comunidade, ao grupo. Neste sentido, Barreto afirma que "a consciência que se tem de si é fruto de uma relação de comunicação com o outro. " (2008, p. 233)

Outro pilar da TC é a Antropologia Cultural que é uma ciência que diz que somos construídos a partir da sociedade, dos valores culturais que herdamos, concedendo-nos a capacidade de nos reconhecermos como membros de uma sociedade. E justamente a herança cultural herdada é uma das bases de construção da identidade do ser humano, ou seja, o ser humano é o que é a partir do seu modo de vestir, andar, comer...

Portanto, a TC valoriza fortemente todas as diversidades de culturas que constituem o povo brasileiro, e são a base de trabalho com o grupo. Todo saber popular dos membros de uma comunidade se origina da cultura a que este pertence, seja índio, negro, mestiço, branco, entre outros, e os saberes são aspectos da multicultura que contribui para novos saberes.

A Pedagogia de Paulo Freire contribui significantemente na construção dos aspectos pedagógicos da TC, pois busca trabalhar a autonomia, a consciência crítica e a valorização do saber cultural e individual de cada membro do grupo. E nessa linha educativo-crítica tanto o integrante quanto o facilitador do grupo, enquanto educador, se tornam constituintes no processo educativo, eliminando qualquer supremacia de saber. Outros aspectos da Pedagogia são incorporados na TC como destaca Barreto (2008, p.290).

> A TC, como a pedagogia freiriana, busca a constituição do indivíduo como sujeito de seu tempo e de seu espaço e como membro de uma totalidade de que pode e deve ser voz ativa. Parte da mesma luta contra o narcisismo individual e neocolonialismo, usa as mesmas armas da mediação e do diálogo e busca o mesmo objetivo que é a

> construção de uma consciência crítica. Tais semelhanças de assentam na mesma atitude amorosa constitutiva do educador e do terapeuta comunitário

A TC trabalha as competências e não as carências. As carências são os fatores que remetem à falta de algo, de alguém. Já as competências referem-se a um dos eixos da TC que é a resiliência, ou seja, são os saberes que o indivíduo adquire mediante suas experiências dolorosas na vida e que produz um conhecimento próprio, um enfrentamento das adversidades. E, ao conseguir lidar e vencer situações de crises, a pessoa adquire uma valorização para si mesma, adquirindo mais autonomia e autoestima. Tal vivência ao ser compartilhada em grupo, amplia para todos os integrantes as possíveis formas de enfrentamento daquilo que gera sofrimento. Sendo assim, a TC compreende que toda vivência pessoal se torna uma fonte de produção do saber e o espaço comunitário permite que os encontros aconteçam favorecendo a construção de redes de conhecimento.

Portanto, iremos conhecer a metodologia da Terapia Comunitária e seu desenvolvimento na prática, como ferramenta para trabalhos em grupos, comunidades, instituições.

O método Pesquisa-ação-participativa é adotado pela Terapia Comunitária, como forma de valorização de outras fontes de produção do saber e a inclusão do pesquisador no campo prático da TC, que no caso é o facilitador do processo. A prática de pesquisa na TC envolve a comunidade e também o pesquisador, sendo este último indispensável na ação conjunta que acontece no grupo trabalhado (Barreto e Lazarte, 2013).

Para a formação do terapeuta comunitário, a TC estabelece alguns critérios ao selecionar os profissionais que irão aplicar a Terapia, não sendo exigida nenhuma formação acadêmica específica. O terapeuta comunitário não deve exercer o papel de um especialista, que procura dar “respostas” às situações-problema que surgirem, mas ter uma postura ética e respeitosa para com os membros do grupo, entendendo que existe uma dinâmica social e cultural e que ele, enquanto facilitador do grupo, deverá contribuir para que o grupo seja ativo na descoberta das soluções para as questões cotidianas da comunidade. São vários outros aspectos exigidos e que na própria formação o futuro terapeuta vai conhecendo melhor a TC e suas exigências.

Para desenvolver a TC, o terapeuta precisa estar alinhado com as lideranças comunitárias e ter um conhecimento prévio das necessidades da comunidade na qual irá trabalhar, criando assim um vínculo para que a terapia aconteça de forma favorável.

A TC pode ser implantada em qualquer lugar, seja na própria comunidade, em igrejas, instituições, escolas, ou até em um espaço da natureza.

Uma ferramenta utilizada pelo terapeuta é a roda de conversa, onde as pessoas, sentadas lado a lado, conseguem alcançar uma visibilidade melhor dos participantes.

Os encontros são caracterizados por seis etapas: acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização, encerramento e avaliação.

O acolhimento consiste em receber as pessoas de forma calorosa, acomodando-as em uma roda ao som de uma música que seja conhecida pelos integrantes, proporcionando um ambiente descontraído. Após esse momento, o terapeuta explica ao grupo algumas regras como fazer silêncio, cada um falar somente da sua experiência, não dar conselhos e acima de tudo respeitar a história que é do outro.

Em seguida, após a acomodação, o terapeuta dispara para o grupo a oportunidade de alguém começar a falar de algo que esteja causando sofrimento. Daí, mediante as falas que surgirem, o terapeuta pergunta ao grupo o tema que eles querem dar continuidade para conversarem sobre tal assunto.

A contextualização implica em trazer para a cena mais informações a respeito do tema discutido. É permitir que os participantes ampliem o entendimento do assunto abordado diante de mais conteúdo que favoreça assim a reflexão sobre a situação-problema apresentada. Essa dinâmica acontece através de perguntas que os próprios integrantes começam a levantar, proporcionando um movimento circular de aprendizado.

Na etapa de problematização, o terapeuta irá agradecer ao participante que iniciou a discursão, colocando-o em silêncio e vai despertando algumas perguntas-chave, o MOTE, afim de conduzi-los a falar mais sobre o tema. Este momento exige do terapeuta muita atenção na montagem do MOTE, que será a palavra-chave para reflexão do grupo.

No encerramento, todos de pé com as mãos nos ombros uns dos outros, o terapeuta usa de rituais próprios da comunidade, como música, canto religioso ou popular, abraços, entre outros, criando um ambiente de solidariedade a tudo que foi exposto pelas pessoas e favorecendo a construção de rede de apoio social.

E a avaliação é o momento de analisar as sessões e todas as etapas aplicadas, a fim de perceber o impacto sobre cada um, através de perguntas que o facilitador lança para o grupo.

Assim, a TC é uma prática integrativa que favorece o encontro de pessoas e suas experiências de vida, as diversidades de culturas que contribuem na produção de novos saberes,

valorizando as competências individuais e coletivas, no enfrentamento de situações-problema como a miséria, o sofrimento, a exclusão, o preconceito, entre tantas outras.

A proposta a seguir é compreender a relação que se estabelece entre a Psicologia Comunitária e a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa (TC) e as possíveis articulações entre esses dois campos de conhecimento.

3. A RELAÇÃO DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA COM A TERAPIA COMUNITÁRIA SISTÊMICA INTEGRATIVA (TC)

Para refletirmos sobre uma possível relação estabelecida entre a Psicologia Comunitária e a TC, vale a pena destacar os objetivos desta última que, segundo Barreto (2008, p. 39) são:

> 1. Reforçar a dinâmica interna de cada indivíduo, para que este possa descobrir seus valores, suas potencialidades e tornar-se mais autônomo e menos dependente;
> 2. Reforçar a autoestima individual e coletiva;
> 3. Redescobrir e reforçar a confiança em cada indivíduo, diante de sua capacidade de evoluir e de se desenvolver como pessoa;
> 4. Valorizar o papel da família e da rede de relações que ela estabelece com o seu meio;
> 5. Suscitar, em cada pessoa, família e grupo social, seu sentimento de união e identificação com seus valores culturais.
> 6. Favorecer o desenvolvimento comunitário, prevenindo e combatendo as situações de desintegração dos indivíduos e das famílias, através da restauração e fortalecimento dos laços sociais;
> 7. Promover e valorizar as instituições e práticas culturais tradicionais que são detentoras do saber fazer e guardiãs da identidade cultural;
> 8. Tornar possível a comunicação entre as diferentes formas do saber popular e saber científico.
> 9. Estimular a participação como requisito fundamental para dinamizar as relações sociais, promovendo a conscientização e estimulando o grupo, através do diálogo e da reflexão, a tomar iniciativas e ser agente de sua própria transformação.

Sendo assim, a terapia busca contemplar os objetivos citados acima através do trabalho em grupo, utilizando como metodologia a pesquisa-ação-participativa, onde o terapeuta é o facilitador do processo e ao mesmo tempo participante das ações no campo.

Portanto, os objetivos da TC, o campo de atuação e a metodologia vão ao encontro, da proposta teórica-metodológica da Psicologia Comunitária, pois são aspectos congruentes a esta área do conhecimento científico.

No entanto, a Psicologia Comunitária abarca um universo mais amplo a nível de teoria e de possibilidades de atuação, enquanto saber científico e em constante construção. O que diferencia a função do terapeuta comunitário do psicólogo comunitário, é que, respectivamente, um trabalha a dinâmica do grupo, desenvolvendo as competências dos participantes para que, na troca de vivências, sejam geradas redes de apoio aos que sofrem. Já o outro, é capacitado para intervenções intrapsíquicas, possuindo saberes que o habilitem a uma análise mais profunda das questões que envolvem o ser humano. Neste sentido, a TC é uma ferramenta de intervenção das relações interpessoais e intercomunitárias.

No sentido de compreender as relações que acontecem num contexto grupal, a TC possibilita ao estudante de Psicologia uma aproximação da prática da Comunitária em campo.

A relação que se estabelece entre a Psicologia Comunitária e a TC é que ambas possuem caráter sistêmico, holístico, integrativo e interdisciplinar; convocam o indivíduo a um processo de participação, de consciência e autonomia para seu desenvolvimento como sujeito de si e da realidade na qual está inserido; se sustentam no conhecimento científico mas cedem espaço de valorização e respeito ao saber popular, compreendendo que este último é fonte de produção de conhecimento e integra o ser humano ao pertencimento de um grupo, de uma comunidade.

O pertencimento do sujeito ao grupo passa pelo viés da cultura, pois ela o integra nas relações interpessoais, conferindo uma identidade cultural.

Um dos princípios da TC é a ênfase no trabalho grupal e um dos pilares é a base da Antropologia Cultural, sendo assim, a cultura é um elemento primordial para a Terapia Comunitária.

Desse modo, segundo Barreto (2008, p. 174) ...

> A cultura é como uma teia invisível que integra e une os indivíduos. Se assim agi foi por acreditar que a melhor prevenção é manter o indivíduo ligado a seu universo cultural e relacional, pois é através da identificação com os valores culturais de seu grupo que o indivíduo se nutre e constrói sua identidade. A cultura para o indivíduo é como a teia para a aranha.

Assim como a teia é para a aranha, algo que a constitui enquanto tal animal, sendo seu suporte e a rede que lhe permite ser nutrida, a cultura é para o indivíduo o arcabouço de sua identidade. O que o indivíduo é passa pelo que ele crê, pelo que ele come, veste, anda ... e os valores culturais é que irão constituir esse ser.

Quando uma cultura é destruída, ignorada ou menosprezada, é tirado do indivíduo o seu referencial identitário.

Por isso que a Terapia Comunitária reforça, valoriza e fala de resgate da cultura pois nós brasileiros ficamos comprometidos a nível cultural devido à forma como o Brasil foi colonizado, e sofremos com essas interferências até os dias atuais.

A Terapia Comunitária enfatiza em sua literatura as raízes culturais do Brasil e referencia as centenas de nações indígenas que os portugueses encontram em terras brasileiras. Estes primeiros habitantes tinham sua cultura: a língua, a religião, mitos, rituais, sua maneira de trabalhar, de se alimentar, de viver, ou seja, uma identidade própria (Barreto, 2008).

Por isso, para o trabalho como terapeuta comunitário é imprescindível um conhecimento sobre a cultura do povo brasileiro, de forma a valorizar e promover o resgate dos valores culturais do índio, do negro, ... ou seja, entender o que trazem como recursos para ser trabalhado com o grupo. A multidisciplinaridade de saberes trazida para o grupo permite uma integração de culturas, uma produção enriquecedora de conhecimentos e criação de redes de apoio e de promoção de saúde mental.

Barreto (2008, p.235) declara que, “na Terapia Comunitária, a cura passa pelo resgate das raízes e dos valores culturais que despertam no homem o valor e sentido da pertença. ”

Neste contexto cultural, na Psicologia Comunitária, Campos (2015, p.140) interpreta a cultura como empreendimento intersubjetivo, e diz:

> Assim se movimenta o estudo psicossociológico dos grupos multiculturais: de uma abordagem centrada no indivíduo passamos à história do grupo social como fonte das representações que os indivíduos fazem uns dos outros, para chegar a uma abordagem em que a própria análise das representações se torna um empreendimento intersubjetivo. Nesta última abordagem, a interpretação da ação dos sujeitos imersos na cultura é a resultante de um processo de reflexão no qual a análise focaliza precisamente os diferentes pontos de vista envolvidos na definição da situação.

A cultura e o diálogo, para a Psicologia Social Comunitária são aspectos muito importantes, pois contribuem para todo o trabalho de conscientização. A cultura é um fator que contribui para a constituição do sujeito enquanto ser histórico e o diálogo é um mecanismo utilizado nas práticas comunitárias como proposta que favorece a intervenção, e que através da dialógica, a problematização acontece levando a uma reflexão das situações apresentadas ao grupo.

A Psicologia Comunitária e a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa são áreas que se constituem no âmbito social e cultural e ambas têm suas bases em consolidação nos movimentos de saúde mental. São áreas do conhecimento comprometidas social e politicamente com as transformações da realidade brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Comunitária é uma vertente da Psicologia Social que nasce mediante uma proposta inovadora e comprometida política e socialmente com a realidade brasileira, buscando a interdisciplinaridade entre os campos de conhecimento científico e estabelecendo uma relação metodológica entre o saber-fazer na Psicologia Comunitária, com o intuito de contribuir para a transformação social.

Tal prática deste campo se amplia a várias frentes de trabalho que se referem a movimentos sociais, como saúde, meio ambiente, sendo em instituições, grupos, políticas públicas ...e para uma atuação responsável é exigido do profissional em psicologia comunitária uma formação ampliada, que possibilite ao psicólogo comunitário uma compreensão do sujeito em dimensões sociais, políticas e econômicas. É necessário um aprofundamento no entendimento de grupos e as relações que se estabelecem neste contexto, as possíveis intervenções psicossociais e os instrumentos que favorecem no trabalho grupal.

O presente trabalho consiste em estabelecer pontos de convergências entre a Psicologia Comunitária e a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa (TC), que nos favoreceram na abordagem da comunitária, a um entendimento mais próximo da proposta da Psicologia Comunitária e como a TC pode ser usada como instrumento para a prática em grupos.

Portanto, a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa (TC) é um instrumento pertinente de uso para a Psicologia Comunitária, em sua prática em comunidades, instituições, grupos, pois ela possibilita um espaço de acolhimento, de fala, de escuta, de transformação da dor em competências para o enfrentamento das adversidades.

A TC vem ao encontro da Psicologia Comunitária, pois ambas se caracterizam na realização de um trabalho de saúde mental, incorporando e valorizando todos os elementos ativos da comunidade, os envolvendo na participação do trabalho a ser realizado, objetivando a consciência social como meio de potencializar a capacidade de transformação da realidade social, com ênfase do trabalho no coletivo, grupal.

Para ambas, a valorização do saber popular e o acadêmico dinamizam o trabalho, de forma que um não se sobrepõe ao outro, mas que há um “resgate” do conhecimento produzido

no tecido social e que o conhecimento científico com o passar do tempo foi deixando de considerar, por conta de todo processo de cientificidade exigida no campo acadêmico.

Conhecer a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa nos possibilita, como psicólogos, indicar a formação em terapeuta comunitário para profissionais de outras áreas de conhecimento, sejam fisioterapeutas, enfermeiros, agentes de saúde, líderes comunitários, dentre outros, pois em frentes de trabalhos interdisciplinares estaremos, possivelmente, com profissionais que não possuem uma leitura da dinâmica social em que o sujeito está inserido. E o trabalho em equipe exige um comprometimento consciente de todos os integrantes do grupo.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J.L., GARRIDO, A. **Psicologia Social** – Perspectiva Psicológicas e Sociológicas. São Paulo: Mc Graw Hill, 2006.

BARRETO, A. P. **Terapia Comunitária:** passo a passo. 3. ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

_____; LAZARTE, R. **Uma introdução à Terapia Comunitária Integrativa: conceitos, bases teóricas e método.** In: _____. Terapia Comunitária Integrativa: uma construção coletiva do conhecimento. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs) **Psicologia Sócio-Histórica** (uma perspectiva crítica em psicologia). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia"**. Psicol. Soc., Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de maio de 2021.

CAMPOS, R.H..F. **Psicologia Comunitária, Cultura e Consciência**. In: _____. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 132-142.

CRUZ, L. R.; FREITAS, M, F. Q.; AMORETTI, J. **Breve História e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária.** In: _____. Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2020.

FILHA, M.O.F.; LAZARTE, R.; DIAS, M.D. (orgs) **Terapia Comunitária Integrativa: uma construção coletiva do conhecimento.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, M.F.Q. **Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (Social) Comunitária- práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil.** In: _____. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 44-65.

GOMES, A. M. A. **Psicologia Comunitária: uma abordagem conceitual.** Psicologia: Teoria e Prática, 1999, P. 71-79.

LANE, S.T.M. **Consciência/alienação: a ideologia no nível individual**. In: **_____.** Psicologia Social: o homem em movimento. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASCIUTTI, J.C.R. **A Instituição como via de acesso à comunidade**. In: _____. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 44-65.

SAWAIA, B.B. **Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade.** In: _____. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2015. P. 44-65.